

Design, gênero e sociabilidade urbana no Baixo Centro de Belo Horizonte

Paula Márcia Alves Quinaud Minchilo⁽¹⁾,
Gisele Hissa Safar⁽²⁾ e Edson José Carpintero Rezende⁽³⁾

Resumo: Mudanças nas estruturas de gênero nos últimos tempos permitiram o surgimento de um sujeito político feminino. Contracepção, trabalho assalariado e perspectivas socioculturais influenciaram a conformação do cenário. Apesar dos avanços, mulheres ainda recebem menos, ocupam piores postos de trabalho, acumulam tarefas, sofrem em relações abusivas e são maioria entre as vítimas de agressões no Brasil. Na vivência em lugares públicos, por vezes aparecem privadas de liberdade e segurança. As disposições de uma configuração espacial imprimem uma leitura ao espaço, podem estreitar conexões e os modos de operar na cidade. A partir do princípio de que a interpretação dos símbolos leva ao reconhecimento que leva à apropriação, é possível pensar o design do ambiente como um construto de procedimentos e inovações de práticas sociais que balizam comportamentos. Para compreender a implicação das diretrizes projetuais, apresenta-se aqui uma análise do arranjo socioterritorial e de gênero do chamado Baixo Centro de Belo Horizonte. Ao voltar o olhar para um local rico em dinâmicas e atores, busca-se apreender os modos de fortalecimento da identidade e as estratégias do design nesse contexto. Levando em conta as formas de manifestação do feminino no território urbano, investiga-se a promoção do pertencimento e da cidadania a partir de ações que estimulam, dificultam ou impedem a ocupação e o trânsito em áreas de coletividade. Justifica-se a relevância na urgência por soluções e na caracterização do design de ambientes como agente transformador de um lugar ao atribuir sentido e significado. O medo na cidade tem gênero e trajeto, onde percepções do perigo desenham uma geografia que pode determinar movimentos e, muitas vezes, fazer a diferença entre a vida e a morte. Por meio de reflexão teórica, este artigo explora aspectos que identificam o ser social feminino em escolhas, conjunturas e interação com o meio. Ao final percebe caminhos para que o design contribua na produção de bem-estar, qualidade de vida, proteção e dignidade para a mulher quando em espaços de sociabilidade urbana.

Palavras-chave: design - mulher - pertencimento - território - Belo Horizonte.

[Resumos em espanhol e inglês nas páginas 41-42]

⁽¹⁾ Doutoranda. Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

⁽²⁾ Doutora. Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

⁽³⁾ Doutor. Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

Introdução

A violência contra a mulher é uma prática social estruturada, do mesmo modo que o ser feminino é fruto de uma produção histórica. As construções de gênero no decorrer dos tempos, aconteceram sob mudanças que contribuíram para o aparecimento de um sujeito político consciente de direitos e necessitado de possibilidades. Em 1949 quando Simone de Beauvoir dá luz à ideia de que “não se nasce mulher, passa-se a sê-lo”, traz em seu curso um encadear de intenções e desdobramentos. São ponderações que apontam para o fato do feminino ser um caminho de luta. No que tange a violência doméstica, a peleja de gênero é grande e por vezes nebulosa, pelo fato de muitas mulheres não conseguirem nem mesmo pedir ajuda. No livro *O Segundo Sexo* a autora inicia a discussão com o que define exatamente uma mulher. Diversas teorias são abordadas, mas nenhuma explica o termo e nem porque mulheres têm sido colocadas culturalmente em uma posição de submissão ao gênero masculino (Beauvoir, 2009).

Mesmo com direitos protegidos há décadas, a realidade das mulheres ainda aparece frágil. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, primeiro marco de proteção em 1945, diz que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. No Brasil a Constituição Federal de 1988 determina tratamento igualitário a todas as pessoas, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer forma de discriminação. Contudo os índices de violência de gênero no país são altos e, apesar de ao longo da história o feminino ter alcançado direitos e leis essenciais para sua proteção, o caminho ainda é longo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apenas 45% dos municípios têm algum tipo de política de proteção às mulheres, isso quinze anos após a sanção da Lei Maria da Penha que ampara todas as brasileiras. Falta de apoio psicológico e dependência financeira de agressores são agravantes. Nos espaços de sociabilidade urbana e cidadania a realidade também se faz assustadora. Agressão e morte de mulheres cis, trans –e as que o são em todas as suas formas– é real e farta em locais públicos, quadro que necessita alerta e reparo de todas as áreas possíveis, incluindo o design.

Os questionamentos acerca da função social do design têm aumentado desde a década de 1990, em questões como crises ecológicas, mundo globalizado, mudanças nas formas de relacionamento, economia, política e recentemente uma pandemia. Como base de discussão, este artigo investiga por meio de uma reflexão teórica, os contextos que envolvem as questões do gênero e como o design do ambiente podem contribuir na vivência de mulheres em espaços sociais. Para a sua execução foram necessárias algumas etapas e num primeiro momento realizada uma revisão da bibliografia em livros, artigos científicos e leis relacionadas ao tema, com o objetivo da compreensão do cenário.

A coleta de dados para identificação das dinâmicas foi obtida por meio de uma observação direta de contextos, tendo como recorte uma região denominada Baixo Centro na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. De posse dessas informações, buscou-se o entendimento de como a atuação do design de ambientes pode impactar, imprimir identidade e inovação social para o acolhimento de mulheres em lugares de convívio públicos. Como suporte para um olhar propositivo ao se relacionar tema, autores, lugares e metodologias projetuais, o que se encontra é a possível contribuição do pensamento estratégico do design como agente transformador de um lugar, promotor de dignidade, segurança e bem-estar.

Os contornos do feminino

A questão do gênero está relacionada a uma forma primária de dar significado às relações de poder, é um caminho por onde e no qual o domínio é estruturado (Butler, 2003; Scott, 1995). No decorrer dos tempos, tradições e culturas têm fartamente demonstrado um vasto período de invisibilidade feminina, subjugada por uma superioridade fundamentada na necessidade de uma ordem social, religiosa, econômica, política e sexual. Percebe-se uma preponderância masculina estabelecida pela força, desejo de poder e vontade de conquista. Ao longo da história é fato que mulheres nunca exerceram sobre os homens o mesmo que estes sobre elas (Gazalé, 2020), alternando períodos de exclusão, tolerância ou banalização. Harding (1986) traz que um bom exemplo é a concepção iluminista, onde mulheres não possuíam racionalidade nem capacidade de observação desapassionada e objetiva exigidas pelo pensamento científico.

Geração após geração foi imposta à mulher a ideia de precisar ser protegida e ao homem a função de provedor. A ele trabalho externo e sustento; a ela atividades domésticas - lembrando a etimologia de domesticar com a mesma raiz de dominar, *dominus*, senhor do *domus*, o lar (McClintock, 2010). Papéis binários arraigados a uma cultura de base patriarcal, traços de uma identidade social onde a mulher aparece submissa e com sentimento de inferioridade que pode estabelecer misoginia, abuso, feminicídio, violência e se relaciona a tratar o outro como objeto (Chauí, 2000; Giffin, 1994). Muito por isso, a preocupação teórica inicial com o gênero foi pautada na oposição homem/mulher, para só depois ser pensada como forma de falar sobre sistemas de relações sociais. Por meio do entendimento do gênero para além de diferenças sexuais, é possível perceber significados, compreender interações e avanços evolutivos, que acontecem de forma lenta - a ponto de se perpetuar um tipo humano absoluto que é o masculino ao se falar “os homens” para designar os seres humanos (Beauvoir, 2009).

Em uma concepção recente, a capacidade de criar diretrizes com o objetivo de organizar um modo de vida recebe o nome de política. Do grego *politikos*, designava os cidadãos que viviam na *polis*, a cidade, e em sentido mais abrangente, em uma sociedade organizada. Para Scott (1995) a política também é construída por meio do gênero e ele por meio dela, diretamente ligados. Essa perspectiva em um recorte contemporâneo, aparece clara na ligação entre os regimes autoritários e a conveniência do controle das mulheres. É certo que mudanças na organização das relações sociais significam mudanças nas representações de poder, no entanto, a autora acrescenta que a direção dessas mudanças não segue um sentido único.

Com uma visão particular sobre essas construções, Gazalé (2020) entende que o sistema sob o qual a humanidade se estrutura não se dá na figura masculina, mas em um ponto específico: a virilidade. O domínio e a imposição dos papéis de cada gênero são pautados pela força física e não por um contexto patriarcal, uma vez que o homem não assume o seu papel como pai. Desse modo acontece o estabelecimento de um sistema viriarcal, que encontra no mito da superioridade masculina justificativa para a inferiorização de gênero. Contudo, a autora alerta que esse modelo de onipotência guerreira, política e sexual encontra-se em crise, em processo de desconstrução crescente há cerca de um século - a ponto do feminismo ser acusado de privar o homem de uma soberania natural. É a vi-

rilidade que caiu na própria armadilha: na tentativa de prender a mulher, condena-se a reprimir emoções, temer o desamparo e cultivar o gosto pela violência.

Demorou a consciência de que a humanidade é feita de sexos diferentes, mas iguais em direitos e deveres. Só em 1993, na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, mulheres entraram para uma humanidade visível (Oliveira, 1991). Desde o século passado Beauvoir (2009) ensina ser necessária mudança de postura e pensamento que passa pela afirmação de gênero e lugar no mundo: “Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a me declarar: Sou uma mulher” (Beauvoir, 2009, p. 9). A partir desse ponto abordagens diversas se fazem plausíveis e os olhares que se pautam em verdades biológicas, podem ganhar a nitidez do entendimento do corpo como um espaço de construção biopolítica. Aí se desenha um quadro conceitual onde é possível colocar-se e tornar-se mulher por meio da aprendizagem de gestos, posturas e expressões transmitidos ao longo da existência (Butler, 2003; Preciado, 2014). Entender gênero como construção é saber como determinante a forma com que cada pessoa se enxerga e define, onde fatores culturais podem aparecer como decisivos. É que por mais que não se relacione diretamente ao determinismo biológico, todo corpo já foi interpretado social e culturalmente.

Jesus (2012), ao tratar da identidade de gênero, percebe uma construção além do sexo onde importa a forma de se expressar socialmente. Para a autora uma mulher transexual agirá de acordo com os comportamentos femininos enraizados pela sociedade de forma cultural: “Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos” (Jesus, 2012, p. 15). E o fazem na intenção de serem tratadas como mulheres e só. Para melhor compreensão, é importante tornar claro os conceitos de cisgênero e transgênero aqui tratados. Cisgênero, ou cis, são pessoas que se identificam com o gênero atribuído no nascimento; não-cisgêneros não se identificam e são determinadas como transgênero, ou trans. Marcadores da diferença - e desigualdade - que alertam para a dificuldade de uma análise essencial e natural.

A teoria de gênero, para Bento (2017), traz no bojo uma teoria da sexualidade - segundo a qual a única possibilidade de os seres viverem experiências de desejo sexual seria mediante uma complementaridade de sexos e onde qualquer deslocamento é inaceitável. Homens femininos heterossexuais ou homens masculinos gays; mulheres femininas lésbicas ou mulheres masculinas heterossexuais estão além do entendimento e explicação. Para a autora muitos embates acerca da identidade de gênero seriam amenizados se a questão fosse traduzida em uma palavra: identidade. Na sua visão, gênero protagoniza uma disputa em torno dos significados e, não faz muito tempo, era usado como um substituto para a categoria mulher, sendo termos intercambiáveis: “A suposta estabilidade do gênero assentada no corpo (vagina-mulher-feminilidade-maternidade-família & pênis-homem-masculinidade-paternidade-família) começou a cair por terra” (Bento, 2017, p. 173). Para a autora trazer para o centro do debate determinada concepção de gênero é reconhecer a natureza histórica e política da categoria gênero.

A partir desse entendimento, a retirada de “gênero” de “identidade de gênero” poderia trazer como efeito uma nova fase na luta pela sua autodeterminação. Todos que buscam uma sociedade na qual o gênero não seja um marcador social da discriminação e segregação, teriam argumentos para ampliar sua unidade e impactar a cultura da violência (Bento,

2017). Enquanto a base do pensamento não se modificar, seja por legado, patriarcado, viararcado ou até uma interpretação violenta do cristianismo, homens continuarão matando as mulheres, mulheres continuarão a ser estupradas, mulheres trans continuarão excluídas da categoria de humanidade e seguirão crucificadas vida afora, seja em casa ou na rua. Como forma de também investigar esses contextos, há que se buscar a perspectiva do olhar por vezes alargado do design, bem como das nuances das conformações dos lugares de morada ou trânsito criados. Com esse instrumental, procurar então desvendar formas possíveis de se impactar cenários em termos de apropriação, segurança e fortalecimento.

Design, ambiência e a promoção da cidadania

Empenho de tempo, pesquisa e muito pensamento, o design pontua escolhas e decisões há tempos. Em diversas fases históricas e sociedades, aparece entre paixões e estranhamentos na tão decantada união de estéticas e funcionalidades. Para Cardoso (2014) o ofício do design nasce com a intenção de organizar a bagunça do mundo industrial, e o termo designer já era utilizado por volta de 1850 para nomear os que se preocupavam com a aparência dos objetos, mas tentavam torná-los mais eficientes de forma simultânea. No mundo de hoje, definir o que é Design, suas funções e diretrizes é uma ação quase inalcançável, pois aparece como “uma tentativa de delimitar um campo impossível de ser delimitado” (Cardoso, 2014, p. 224).

É desse modo que o design pode ser entendido, no mundo complexo, como um campo híbrido que propicia a junção entre artefato, usuário e sistema; corpo e informação. Cardoso (2014) ainda coloca que diferente do senso comum de que é voltado apenas para a produção em massa ou sem relação com as artes, acontece com o poder de alcançar infinitas áreas de conhecimento. Pode-se dizer que o design aparece como uma atividade interdisciplinar, que demanda olhar holístico e a conexão com diferentes formas de saber. A contemporaneidade ainda pressupõe que se depare com cenários interconectados, e lance mão da característica mutável que o acompanha para adaptar-se a cada novo contorno. Planejamento, criação e configuração são desde sempre vias por onde passam os pensamentos do designer, tendo validação e amparo na metodologia. Premissa e suporte para o desenvolvimento de um bom projeto, o processo metodológico é construído com o apuro de cada nova experiência, sendo que em alguns campos os estudos se fazem mais antigos, em outros se percebem mais escassos. De um modo geral, a certa altura o design passou a ser considerado uma atividade técnica e estratégica além de criativa e que, com intenção e objetivo, volta-se para a troca de uma situação existente por outra melhor. Mesmo que hoje muitos autores já percebam o designer muito além de um solucionador de problemas, segue como um consenso o foco no caminho a ser percorrido. Por esses princípios, também o design do ambiente vai buscar referenciais para desenvolver um método próprio que lhe possibilite maior assertividade.

Ao designer de ambientes compete a projeção de lugares a partir da significação dos espaços. Para tanto deve investigar nuances externas que influenciam o indivíduo e buscar uma sensibilidade que capte as emoções inerentes ao ser. Assim, funções primeiras e

formas segundas são agregadas de sentidos que tornam a jornada do usuário eficiente. Essa essência que permeia o trabalho foi tratada por Tuan (1983) sob o foco da luz da experiência ao refletir sobre o que confere identidade e aura a um lugar. Para Quinaud (2018), mesmo que a materialização do espaço esteja ligada a situações como setorização, usabilidade e ergonomia, é essencial que o designer de ambientes aponte valores e delimite a direção por meio do que compõe o espaço trabalhado - formatos, cores, texturas, curvas ou tamanhos. Aí, antes de se dedicar às etapas projetuais, há que se identificar os atores, suas lembranças, estilo de vida, associações culturais e emocionais. O primeiro passo reside na precisão do levantamento e trato das informações efetivados na construção de um *briefing*. Para a autora a elaboração torna-se legítima quando em sua interpretação se dá a proposição de um conceito, que respalda a geração de alternativas, fornece argumentos e impacta a decisão de cada escolha projetual.

Pode-se dizer que um conceito é sempre portador de significado e que todo lugar é um espaço conceituado. É justo o que Marc Augé explica, quando apresenta a ideia de não-lugar, local de passagem incapaz de agregar pertencimento. Diz que em oposição a ele, está o espaço antropológico que cria identidades e relações interpessoais onde ocorre “o princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (Augé, 1994, p. 51). Traz a identificação de uma história individual que enriquece a experiência coletiva, uma vez que no lugar de origem, uma pessoa reside, trabalha, guarda fronteiras e celebra sua existência. Seja na criação de uma nova identidade ou revitalização a partir de referências conhecidas, o objetivo vai sempre se voltar para a elaboração de projetos que promovam a expressão da individualidade humana de modo sensível.

Dentro do design diversos campos apareceram pela necessidade de adequação ao momento: o ecodesign, para repensar o meio ambiente; o design emocional, voltado para os sentimentos; o design social que se preocupa com o bem-estar da sociedade (Menezes & Paschoarelli, 2009). Para pensar acerca das relações entre a mulher e a cidade, é bem-vinda a contribuição de um design que se propõe a transformar realidades sociais desagradáveis nos ambientes de vivência humana em outras experiências mais desejáveis para a sociedade (Campos & Araújo, 2020). De acordo com Pazmino (2007), o Design Social pretende responder às necessidades reais de pessoas que se encontram em situação de insegurança social, econômica e cultural. Por influenciar realidades básicas, como o acesso à cidadania, deve acontecer em diálogo com outras áreas e em troca constante com o público a quem se destinam as proposições.

Alcance digno aos direitos civis, saúde, educação, trabalho e acesso integral às cidades. Em um processo contínuo de construção coletiva e com vistas nestes pilares é que acontece a promoção da cidadania. A partir de mudanças ocorridas pelas épocas e políticas, conquistas sociais e um amplo trajeto de emancipação pode se falar em termos de melhoria da qualidade de vida em um território. Ao trazer essas dinâmicas para o espaço urbano contemporâneo, o cenário se materializa em inclusão ou restrições. É aí que a atuação do design impacta em percepção, vivências, leitura e define a medida do pertencimento. Nos enredos de convívio e coexistência humana na cidade, o design do ambiente na conformação dos lugares, surge como um meio de orquestrar ações individuais e coletivas. Arranjo que devolve um envolvimento que gera melhoria na convivência e interação social de diferentes pessoas, por meio do Design Social é possível pensar em soluções que contribuam

para um panorama justo. Desenvolvimento solidário para todos e de modo específico para as mulheres quando em espaços de sociabilidade urbana.

Sociabilidade urbana, território e mulher

Atributos como necessidade, vontade ou felicidade pautam a vida em sociedade e colocam indivíduo a compartilhar hábitos e gostos, preocupações e metas. Isso se entende por sociabilidade. Contexto que se acontece aliado à cidade e seus fruidores, determina a medida da produção das atividades humanas comunitárias, consequente cidadania. Para Lefébvre (2008), um ambiente pode moldar maneiras individuais ou coletivas de se portar e interagir com o meio, onde a pessoa transforma e é transformada pelo entorno e equipamentos que a cercam. É nesse ponto, que com um ofício criador de lugares, o design do ambiente aparece em sua essência ao conjugar identidades, relações humanas em locais que adquirirem contornos específicos em permanentes transformações.

Ao se investigar as escolhas projetuais para a criação ou revitalização dos espaços sociais citadinos, não é raro perceber que muitas levam à expulsão de grupos mais vulneráveis, em um processo chamado gentrificação (Furtado, 2014; Harvey, 1985). Concebido para sinalizar formas de elitização ou enobrecimento de um local, é tido como fenômeno social que acontece muitas vezes a partir do discurso de modernização, higienização ou embelezamento de uma região urbana. Realidade que quando ocorre em determinado sistema social acaba por balizar demarcações de território. Do latim, *territorium* se refere a uma área onde sempre existem relações de disputa e posse, seja para o domínio de um animal, pessoa, grupo de pessoas ou organizações. Um território se vale de componentes materiais ordenados em um espaço geográfico socializado que independe da própria extensão territorial. No contexto urbano, a concentração populacional gera uma rede orgânica de troca de serviços e conhecimentos que proporcionam a integração do indivíduo e o seu nível de satisfação. Para Burgos (2005), dinâmica vinculada tanto à disponibilização de recursos quanto à apropriação do aparato disponível.

Nas conexões estabelecidas em espaços públicos, um dos pontos de vulnerabilidade de nossa sociedade ainda recai sobre o ser mulher, suas formas e desdobramentos. Scott (1995) ensina que quando o gênero aparece como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, sua construção se dá por meio de símbolos, conceitos normativos históricos, sistemas políticos, econômicos, mas também da identificação de identidades subjetivas diversas. Por diversidade se compreende variedade, alteração, mudança, diferença e para a autora homens e mulheres reais não cumprem sempre de forma igual e nem literalmente os termos das prescrições de sua sociedade ou categorias analíticas (Scott, 1995, p. 88). Assim, a forma de se comportar no âmbito social aparece como fator decisivo para a efetivação das dinâmicas, inclusive em espaços de sociabilidade urbana.

Bento (2017) diz que a violência brutal a transexuais e travestis tem como fomentadora não a sexualidade, mas o gênero feminino: mulheres trans morrem porque são mulheres, objeto de subordinação e destrato. Buscam uma identificação com o desvalorizado socialmente, negando uma superioridade nata, em corpos que ainda encarnam a abjeção

do diferente. Em outro lado tão triste dessa mesma moeda de destratos, Ribeiro (2018) traz o descompasso do feminismo negro ao lembrar que enquanto brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, negras lutavam por serem consideradas pessoas. Formas de desigualdades vividas pelas mulheres que conseguem adquirir contornos ainda mais dramáticos, que prejudicam o trato de subjetividades, comprometem a efetivação do pertencimento e aparecem como falta de segurança.

Para Safar et al. (2021) é certo que por meio de instituições educacionais, religiosas, de família, convenções e preceitos, a sociedade estabelece papéis, comportamentos e influencia modos de falar, vestir, agir e se mover. As autoras entendem uma distinção entre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres que não diminuiu na velocidade de uma série de mudanças advindas da Revolução Industrial “como a incorporação de novos métodos de produção, o crescimento de uma classe operária e urbana e a adoção entusiástica das inovações tecnológicas pela população, entre outras” (Safar et al., 2021, p. 52). Considerando a inserção cultural e o meio, mulheres estão quase sempre em desvantagem na disputa pelo território. Ao se olhar para o assédio, os números são alarmantes e o espaço público tampouco é seguro. Não há um espaço onde a mulher efetivamente está segura. Qual é o lugar seguro? Ele existe? (Bueno, 2019). Para que seja possível uma análise mais profunda e objetiva é bem-vindo um recorte de cenário.

Todas as mulheres do Baixo

Alterações na configuração da cena urbana nas grandes cidades influenciam vivências e afetam a formação da cidadania. Quando se pensa o espaço fora de quadros estruturados, mas com a capacidade de transitar em diversas determinações possíveis (Derrida, 1995; Eco, 1997), surge a compreensão de que as intenções de um projeto de ressignificação - revitalização, remodelação - de um lugar impactam hábitos dos usuários e processos de inclusão e expulsão territorial. Espaços públicos ou privados estabelecem a participação social e política onde a vida local representa seu papel cotidiano. Na cidade de Belo Horizonte essa lógica permanece. Planejada no ideal republicano, construída em três anos e inaugurada em 1897, acenou desde o início com ares de modernidade, ordenamento espacial e uma lógica funcional eficiente. Para Lemos (2010), acolheu arte e arquitetura ao definir paisagens, imprimir marcas estéticas, temporais, mas também erguer barreiras invisíveis. Para preservar a história e fazer arranjos de inovação, sofreu vários processos de adequação urbana ao longo dos anos que, como acontece em grandes cidades do mundo, impactaram e selecionaram atores.

Espaço de ligação entre várias centralidades, a partir de meados dos anos 1980 formas de intervenção no coração de Belo Horizonte começaram a aparecer com maior expressão. Dentre as experiências de reconfiguração, é destaque e objeto de estudos a remodelação do Baixo Centro. Local onde ocorreram tentativas de melhoria da qualidade ambiental, infraestrutura e higienização, mescla alteração da paisagem urbana em fases de preservação histórica e degradação. Situado no entorno das Praça Sete e da Estação, recebeu essa nomenclatura em meados do século XX muito pela percepção de um processo acentuado

de distinção socioespacial que dava sinais desde os primeiros anos (Lemos, 2010). Dentro da ideia do relacionamento humano em espaços de sociabilidade urbana e de como o design atua nos processos de construção desses espaços é que se pretende estabelecer um olhar pontual, descritivo e analítico acerca dos modos de apropriação e exclusão feminina no Baixo Centro de Belo Horizonte.

Não por acaso o recorte foi assim pensado. Talvez nenhum outro ponto da capital mineira ganhe em diversidade. Todos os dias pelas suas ruas, largos, becos ou praças, mulheres de diferentes idades, classes, saberes, raças e graças transitam e ocupam os espaços. Mães de família a dar conta da casa e dos filhos, arrimo; profissionais liberais, estudantes, ambulantes, assalariadas; mulheres que participam da boemia local, do comércio, da noite, de atividades de luta, ativismo urbano e cultural; grafiteiras, poetas *slammers*, skatistas. Religiosas que se dedicam a projetos assistenciais aos domingos. Mulheres em situação de rua que encaram diariamente questões como a pobreza menstrual, de que pouco se houve falar. Prostitutas, mulheres trans nas diversas formas de ser mulher. Mulheres que acumulam diversos desses papéis, anônimas, por vezes invisíveis, com histórias particulares ou que se cruzam, de alegria, mas também violência.

Para compreender esse ser social feminino em escolhas, contextos e implicações com o meio é interessante um panorama rico em tipos e complexidades, que contemple todas as possibilidades de ser mulher. Cisgêneros, transexuais, travestis. Jesus (2012) destaca que a diferença entre mulher trans e mulher travesti está na forma em que cada uma se vê e denomina. Porém, pelo intrincado de tabus ou intolerâncias, mesmo que exista uma certeza quanto a própria identificação, muitas vezes a consciência do que se é não espelha um cenário real. Mendes et al. (2019) afirma não ser possível reconhecer a magnitude da população de travestis e transexuais. Tanto no Censo Demográfico, realizado a cada dez anos pelo IBGE, quanto em pesquisas com periodicidade anual, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), não existem perguntas referentes à identidade de gênero (Mendes et al., 2019). Ausências que comprometem o controle do quantitativo dessa população e prejudicam a implementação de políticas sociais que possam atendê-las.

Na tentativa de dar visibilidade e contrabalançar faltas, em Belo Horizonte uma ONG independente, sem fins lucrativos e com o faturamento obtido por doações chamada TransVest, oferece encontros, cursos e cestas básicas para pessoas trans (Souza, 2021). Situada no Baixo Centro, atende em média 120 travestis por mês, contribuição preciosa, mas longe de abarcar toda a população transexual da cidade. Ao escutar mulheres (cis, trans e travestis) que vivem nessa região - muitas em situação de rua - é possível perceber conjunturas que contribuem para a sua falta de segurança e invisibilidade social. Em relatos sobre a vida, percebe-se uma dor redobrada por serem vítimas de preconceitos e situações inaceitáveis em decorrência do gênero.

Nesse contexto, sobreviver é luta diária. Tiro encontrado ou bala perdida; DST, HIV e asseio que não existe; destrato, maltrato, surra e falta de amparo. Nos contornos do Baixo travestis, por exemplo, não buscam a delegacia da mulher. Como acontece pelo país, não acreditam na denúncia, na justiça ou em direitos garantidos (Mendes et al., 2019). As autoras apontam, em entrevistas realizadas com mulheres trans e travestis em situação de rua em Belo Horizonte, uma população heterogênea e uma política machista. Ao perguntarem sobre políticas sociais conhecidas ou utilizadas, as respostas foram evasivas ou nulas. Pelos

caminhos percorridos por mulheres no Baixo Centro de Belo Horizonte é possível entender a espacialidade da angústia do mesmo modo que se conhece o trajeto do descuido.

Construção de lugares, uso, pertencimento e apropriação feminina

Na vivência cotidiana nas cidades o conceito de gênero estabelece relações levando em conta as culturas e estereótipos do meio. Aí, o princípio da igualdade tem a intenção de equiparar as pessoas em relação a direitos e deveres. Só que, apesar de gozarem dos mesmos direitos, nem sempre é possível atingir a todos de maneira igual, devido às particularidades existentes. Por meio da equidade e um olhar particular às vulnerabilidades, consegue-se corrigir desigualdades, falta de oportunidades e discriminações. Ao focar a mulher em uma realidade composta por um conjunto de práticas articuladas entre si, a partir de ferramentas e conhecimentos de design, investiga-se potencializar e dar mais autonomia na estrutura do espaço social urbano público que deveria, em primazia, ser apropriável e de acesso irrestrito (Lynch, 2006).

O planejamento urbano precisa sempre ser considerado em movimento, dialética e produção da subjetividade (Guattari, 1996). É por isso que pensar uma cidade ajustada às demandas de uma sociedade é escolher contemplados e o que será descartado. Aí quem tem mais voz mostra a que vem. Nesse contexto o design de ambientes, que se faz modo de significação, consegue atuar de maneira essencial na seleção dos atores. Para Löbach (2001) o processo de design é também um processo criativo de solução de impasses. Para além disso, cabe ao designer de ambientes projetar espaços que tornem a experiência do usuário eficiente a fim de atingir uma chamada justiça social. Ao projetar considerando os diferentes aspectos tangíveis e intangíveis, deve acrescentar funções e promover o resgate do passado cultural por meio de signos e símbolos socioculturais.

A configuração espacial de uma cidade é adotada para imprimir leitura e aparece como meio de estreitar conexões entre os indivíduos e seus modos de vivenciar os lugares (Benjamim, 1987; Bolle, 1994). Com o princípio de que a interpretação dos símbolos leva ao entendimento que leva à apropriação, é possível pensar o design de um ambiente como um construto de procedimentos, estratégias e inovações de práticas sociais que podem favorecer o modo em que se dão os processos colaborativos, pertencimento e a própria cidadania. Compreender cenários e demandas, pelo enfoque de uma gestão social, implica o diálogo entre diversos sujeitos, a construção de uma aprendizagem coletiva e um conjunto de ações onde todos têm direito à fala (Tenório, 2005). Quando se pensa as mulheres em todas as suas formas nesse conjunto, é fundamental a oportunidade para que opinem e sugiram ideias de melhorias sobre as dinâmicas e implementação de políticas públicas. Tonksins (2006), diz que o medo das mulheres “tem gênero”, pois se baseia em sentimentos de vulnerabilidade frente aos homens e está marcado pela ameaça de delitos relacionados ao sexo. Na cidade, está espacializado e as percepções do perigo conformam uma geografia que pode determinar os movimentos no espaço urbano. Daí a importância e urgência da implementação de propostas que definam a geração de espaços de relações sociais. Transformações necessárias em um mundo que, com mais ciência que sorte, pode se reinventar

para todas as humanidades. Em um contexto pós-pandêmico onde quase tudo necessita ser revisto, abre-se uma perspectiva relevante à discussão. Para Marx (2004) o sentido humano vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto e sua natureza humanizada. Humanidade que deve ser constituída pela cultura e uma sociedade expressa no consenso entre os indivíduos por intermédio de diálogo e razão comunicativa, um mundo da vida de Habermas (1987). Nem sempre o é.

Considerações Finais

Toda mulher já foi abusada, constrangida ou assediada... Muitas vezes pela insegurança presente nos lugares públicos. Ao serem confrontadas as vocações espontâneas de uso desses locais, o planejamento implementado nos espaços e as diretrizes percebidas nos projetos de design, há o que se pensar. A forma como as cidades são desenhadas e apropriadas - ou não - cotidianamente pela população está vinculada aos destinatários de cada espaço. Na maioria das vezes eles possuem um gênero e não é o feminino. Uma acomodação de impasses exige um processo dialético constante que abrange os responsáveis pelas políticas contemporâneas de revitalização urbana, arquitetos, designers, agentes promotores da configuração e os seus fruidores. Aí é o caso de ouvir voz de mulher e descobrir premissas e significados. Definições, conceitos e estruturas que devem partir das demandas identificadas.

Só assim é possível pintar um quadro de cidade que precisa se complementar e encerrar por linhas literalmente escritas e intencionalmente traçadas. Espaços que devem aparecer libertariamente oferecidos, persuasivamente apropriáveis, espantosamente redescobriáveis. Frutos de caminhos trabalhados por métodos de projeto, que vão lhes atribuir sempre leitura e significado a oferecer para essas mulheres uma experiência de lugares de convivência acessíveis e seguros. Locais que lhes disponibilizem um instrumental para exercer sua objetivação primeira, assim como, de maneira prática efetivar o trato de suas subjetividades. É esse um dos presumíveis ganhos ao se voltar o olhar sobre as possíveis leituras que se imprimem aos equipamentos e espaços sociais. Sabendo que essas questões para além dos limites desse texto, têm a relevância de um descompasso histórico, ficam ponderações e provocações que podem motivar outras e bem-vindas discussões. Foco e a luz do design sobre esse ser que é “bicho esquisito e todo mês sangra”. E que deve sangrar só assim... Ninguém ganha um lugar feminino: conquista-se.

Referências

- Augé, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. (2. ed.). Nova Fronteira.
- Benjamin, W. (1987). *Rua de mão única - Obras escolhidas II*. Brasiliense.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.
- Bolle, W. (1994). *Fisiognomia da metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin*. Edusp.

- Bueno, S. (2019, 26 de fevereiro). *Violência contra a mulher: novos dados mostram que não há lugar seguro no Brasil*. BBC News Brasil, Luiza Franco. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>
- Burgos, M. (2005). *Cidade, territórios e cidadania*. *Revista de Ciências Sociais*, 48(1), 189-222. <https://www.scielo.br/j/dados/a/ptssLjzLSyg9vJR6Js5kpKf/?lang=pt&format=pdf>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campos, C. e Araújo, W. (2020). Design de ambientes e sociedade - Contextualização. In: E. J. C. Rezende, (ED.), *Design de Ambientes em Pauta*. (1th ed., pp. 31-42). CRV.
- Cardoso, R. (2014). *Design para um mundo complexo*. (1. Ed). Cosac Naify.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. *Coleção História do Povo Brasileiro*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Derrida, J. (1995). *A escritura e a diferença*. Editora Perspectiva.
- Eco, U. (1997). *A estrutura ausente*. Editora Perspectiva.
- Furtado, C. R. (2014). *Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação*. *Cadernos Metrópole: desenvolvimento desigual e gentrificação da cidade contemporânea*. 16(32). <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>
- Gazalé, O. (2020). *Il mito della virilità*. Tradução Dominique Smersu. Edizioni. Mediterranee.
- Giffin, K. (1994). *Violência de gênero, sexualidade e saúde*. *Cad. Saúde Pública*. 10(1), 146-155. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500010>
- Guattari, F. (1996). *A restauração da paisagem urbana*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24. IPHAN. <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8917>
- Habermas, J. (2002). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Loyola.
- Harding, S.G. (1986). *The science question in feminism*. Cornell University Press.
- Harvey, D. (1985). *A condição pós-moderna*. Loyola.
- IBGE. (2022) *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>
- Jesus, J. G. (2012) *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. (2. ed.). EDA/DF. <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>
- Lefébvre, H. (2008). *O direito à cidade*. (5. ed.). Centauro.
- Lemos, C. B. (2010). *Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte*. Editora UFMG.
- Lynch, K. (2006). *A imagem da cidade*. Martins Fontes.
- Löblich, B. (2001). *Desenho industrial*. (1. ed.). Editora Blucher.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. Boitempo Editorial.
- McClintock, A. (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Editora Unicamp.
- Mendes, L. G., Jorge, A. O. & P, F. B. (2019). *Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG)*. *Saúde debate*. 43(8), 107-119. <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nsp8/107-119/pt/>

- Menezes, M. S. & Paschoarelli, L. C. (2009). *Design e planejamento: aspectos tecnológicos. Cultura Acadêmica*. p.277. UNESP. <https://static.scielo.org/scielobooks/mw22b/pdf/menezes-9788579830426.pdf>
- Oliveira, R. D. (1991). *O Elogio da Diferença: o feminino emergente*. Editora Brasiliense.
- Pazmino, A. V. (2007, 6 de setembro). *Uma reflexão sobre design social, eco design e design sustentável*. [Artigo] I Simpósio Brasileiro de Design Sustentável, Curitiba. <https://naolab.nexodesign.com.br/wp-content/uploads/2012/03/PAZMINO2007-DSocial-EcoD-e-DSustentavel.pdf>
- Preciado, B. (2014). *Manifesto Contrasexual - Práticas subversivas de Identidade Sexual*. N-1 Edições.
- Quinaud, P. M. A. (2018). *Design e atividade humana nos espaços de sociabilidade urbana: interações no Baixo Centro de Belo Horizonte*. *Estudos Design*. 26(3). <https://estudosem-design.emnuvens.com.br/design/article/view/645/353#>
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Safar, G. H., Dias, M. R. A. C. & Ribeiro, R. A. C. (2021). *Meninas também brincam com carrinhos: notas sobre a história da relação entre mulheres e automóveis*. *Pensamentos em Design*. 1(2), 50-70. <https://doi.org/10.36704/pensemdes.v1i2.6253>.
- Scott, J. W. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038/363>
- Souza, J. (2021). *Conheça a TransVest, ONG que capacita pessoas trans para o mercado*. *Culturadoria Belo Horizonte*. <https://culturadoria.com.br/transvest/>
- Tenório, F. G. (2005). *Revisitando o conceito de gestão social*. *Desenvolvimento em Questão*. (5), 101-124. https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-17-Ten%C3%B3rio-2005.pdf
- Tonksins, F. (2006). *Space, the city and social theory*. Polity Press.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Difel.

Resumen: Los cambios en las estructuras de género en los últimos tiempos han permitido el surgimiento de un sujeto político femenino. La anticoncepción, el trabajo asalariado y las perspectivas socioculturales influyeron en la configuración del escenario. A pesar de los avances, las mujeres todavía ganan menos, ocupan peores trabajos, acumulan tareas, sufren en relaciones abusivas y son mayoría entre las víctimas de agresiones en Brasil. Cuando viven en lugares públicos, a veces aparecen privados de libertad y seguridad. Las disposiciones de una configuración espacial dan una lectura al espacio, pueden fortalecer las conexiones y las formas de operar en la ciudad. Partiendo del principio de que la interpretación de los símbolos conduce al reconocimiento que conduce a la apropiación, es posible pensar el diseño del entorno como un constructo de procedimientos e innovaciones de prácticas sociales que orientan comportamientos. Para comprender la implicación de las directrices de diseño, se presenta aquí un análisis del arreglo socioterritorial y de género del llamado Baixo Centro de Belo Horizonte. Al mirar hacia atrás en un lugar rico en dinámicas y actores, buscamos aprehender formas de fortalecer la identidad y diseñar estrategias en este

contexto. Teniendo en cuenta las formas de manifestación de lo femenino en el territorio urbano, se investiga la promoción de la pertenencia y la ciudadanía a través de acciones que estimulen, dificulten o impidan la ocupación y el tránsito en los espacios colectivos. La relevancia se justifica en la urgencia de soluciones y en la caracterización del diseño de ambientes como agente transformador de un lugar al otorgarle sentido y sentido. El miedo en la ciudad tiene un género y un recorrido, donde las percepciones del peligro dibujan una geografía que puede determinar movimientos y, muchas veces, marcar la diferencia entre la vida y la muerte. A través de la reflexión teórica, este artículo explora aspectos que identifican al ser social femenino en elecciones, coyunturas e interacción con el entorno. Al final, percibe caminos para que el diseño contribuya a la producción de bienestar, calidad de vida, protección y dignidad de las mujeres en espacios de sociabilidad urbana.

Palabras clave: diseño - mujeres - pertenencia barrial - territorio - Belo Horizonte.

Abstract: Changes in gender structures in recent times have allowed the emergence of a female political subject. Contraception, salaried work and sociocultural perspectives influenced the shaping of the scenario. Despite advances, women still earn less, occupy worse jobs, accumulate tasks, suffer in abusive relationships and are the majority among victims of aggression in Brazil. When living in public places, they sometimes appear deprived of freedom and security. The dispositions of a spatial configuration give a reading to the space, they can strengthen connections and the ways of operating in the city. Based on the principle that the interpretation of symbols leads to recognition that leads to appropriation, it is possible to think of the design of the environment as a construct of procedures and innovations of social practices that guide behaviors. In order to understand the implication of the design guidelines, an analysis of the socio-territorial and gender arrangement of the so-called Baixo Centro of Belo Horizonte is presented here. By looking back at a place rich in dynamics and actors, we seek to apprehend ways of strengthening identity and design strategies in this context. Taking into account the forms of manifestation of the feminine in the urban territory, the promotion of belonging and citizenship is investigated through actions that stimulate, hinder or prevent occupation and transit in collective areas. The relevance is justified in the urgency for solutions and in the characterization of the design of environments as a transforming agent of a place by assigning meaning and meaning. Fear in the city has a gender and a path, where perceptions of danger draw a geography that can determine movements and, often, make the difference between life and death. Through theoretical reflection, this article explores aspects that identify the female social being in choices, conjunctures and interaction with the environment. In the end, it perceives ways for design to contribute to the production of well-being, quality of life, protection and dignity for women when in spaces of urban sociability.

Keywords: design - women - neighborhood belonging - territory - Belo Horizonte.

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo]